

SESSÕES DO PLENÁRIO

119ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando e Zé Neto.(53)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a tratamento de saúde, esteve ausente das Sessões por um período de 03 (três) dias, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a atendimento médico, esteve ausente na Sessão do dia 23/11/2015, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o nobre deputado Sandro de Oliveira Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, a assessoria da Liderança estuda e analisa o pacote de maldades enviado pelo governador Rui Costa a esta Casa desde a quinta-feira.

Nós entendemos que o País, como o Estado da Bahia, atravessa grandes dificuldades financeiras, dificuldades essas, deputado Herzem Gusmão, construídas pelo legado do PT, tanto em nível federal com os governo de Lula e Dilma, e, aqui na Bahia, com os governos do ex-governador Jaques Wagner e agora o governador Rui Costa. O que nos assombra é que o governo faz um discurso de economia, de contenção de gastos, de preocupação, deputado Fábio Souto, com o futuro da economia da máquina pública e sequer corta uma secretaria das 28 que o Estado da Bahia tem . Secretarias essas, muitas vezes, que não têm nem orçamento, que é apenas para acomodação política e barganha de partidos, a exemplo do governo federal.

E manda, deputado Herzem Gusmão, um pacote de maldade que vai no coração do servidor público estadual, como se fosse o servidor culpado pela situação que o país atravessa e que a Bahia também acompanha. Manda projetos aqui que altera o ICMS. Já não basta a crise que estamos vivendo, já não basta o desemprego que o brasileiro vive e que no último quadrimestre a Bahia foi a campeã e liderou o desemprego no país. Já não basta, deputado Herzem Gusmão, o projeto do Planserv, e o meu telefone não para de receber ligações dos servidores públicos estaduais que têm o plano e agora terá que fazer a opção de continuar no plano, pode comer.

E o governo traz e manda para a Assembleia uma verdadeira PEC da maldade, deputado Adolfo Viana, a PEC constitui-se em revigorar, em usurpar as conquistas dos servidores públicos estaduais ao longo dos anos. Quero ver os deputados da base governista votarem muitas vezes contra a sua própria mãe, contra seus pais, contra seus amigos, contra seus colegas de gabinete porque vai no coração de cada servidor daqui da Assembleia dos cargos de comissão. Não é justo, Sr. Presidente, que o governo na pessoa do governador Rui Costa faça o mais fraco pagar a conta; não é justo, deputado Fábio Souto, que esse pacote de maldade o governo não faça um gesto no seu dever de casa. Quanto seria cortar essas secretarias que em nada contribuem para o Estado, muitas delas que sequer têm orçamento, mas é mais importante, deputado Herzem Gusmão, continuar fazer essa política de barganha política, de barganha partidária do que se preservar o maior patrimônio público da máquina estadual que são os direitos dos servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o próximo orador, deputado Marcell Moraes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, Bancada de Oposição, boa tarde, o que me traz aqui nesta tarde de hoje é minha indignação com o que vem acontecendo na Fenagro.

A Fenagro que vende por aí afora a maior feira, a maior exposição do país está totalmente uma vergonha.

Ontem, morreu um cavalo na Fenagro, eletrocutado, por falta de organização, por falta de empenho não só dos organizadores, como também do governo do Estado.

É um absurdo, estamos no século XXI, repito mais uma vez, e os animais são colocados na Fenagro sem qualquer adequação, sem alguma motivação por parte do governo do Estado para que se façam melhorias e cobrem providências aos responsáveis.

O pior de tudo é que depois do cavalo morto, Sílvio Pinheiro, da Sucom, deu uma declaração, dizendo que aquela feira não tinha licença para o funcionamento. Vejam a ousadia do governo do Estado e desses organizadores ao fazer uma exposição sem ter licença. A Sucom não autorizou que fizessem a exposição.

E isso, deputado Luciano, não aconteceu só agora não, há muitos anos que vem acontecendo. Não vou criticar o nobre secretário Vitor Bonfim, porque ele entrou recentemente, mas venho aqui para culpar o nosso colega, o ex-secretário Eduardo Salles, pela falta de empenho, porque o que vem acontecendo na Fenagro não é de hoje, já vem de muitos anos. E ele fechou os olhos e deixou a bomba para o ex-secretário Paulo Câmara e, agora, para o secretário Vitor Bonfim.

Estou levando hoje ao conhecimento do secretário uma proposta de CPI – e tenho a certeza de que vou contar com o apoio de todos, inclusive da Base do governo, que a assinarão –, para que possamos averiguar o que está acontecendo nessa exposição. É preciso que o Ministério Público interdite o quanto antes esse absurdo que se chama Fenagro. Um cavalo foi morto, e existem fotos e registros de maus-tratos aos animais constantemente.

Então, precisamos, ex-secretário, que V.Ex^a se posicione e mostre para a sociedade que é parlamentar o suficiente para assinar a CPI e comprovar que não teve qualquer culpa. Porque se V.Ex^a não assinar a CPI, não adiantará vir aqui e fazer charminho. V.Ex^a só terá o meu respeito no dia em que assinar a CPI. Aí, vamos abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar se há ou não... Enquanto V.Ex^a der as costas para a CPI, eu e toda a sociedade vamos dar as costas para V.Ex^a também.

V.Ex^a disse hoje à *Rádio Metrópole* que eu estava chateado, falando de V.Ex^a por causa da vaquejada. V.Ex^a sabe que o maior representante da vaquejada é o

deputado Adolfo Viana. V.Ex^a não tem qualquer titularidade para falar aqui de vaquejada. O faz para aparecer. Quero dizer para V.Ex^{as} o seguinte: é um absurdo o que acontece, o governador Rui Costa precisa se posicionar, a Fenagro precisa acabar.

Peço o apoio dos parlamentares para a CPI. Vou pedir a assinatura a todos os parlamentares para que se possa investigar e encontrar o culpado da morte do cavalo e de todos os outros maus-tratos aos animais. Para isso existe a CPI, para dizer quem está certo e quem está errado. V.Ex^a diz que está certo, então, vamos assinar a CPI e dar quórum nas sessões para acharmos os culpados.

Mas enquanto V.Ex^a não assinar essa CPI, eu vou subir aqui todos os dias. Para V.Ex^a sair dessa, só se assinar a CPI e comprovar que não tem nada a ver com isso, porque nós vamos formar uma comissão de deputados, apartidariamente, para averiguar.

Então, Sr. Presidente, esse é o apelo que faço.

Quero, aqui, dizer aos deputados do PT, ao deputado Eduardo Salles, que todos nós, juntos, possamos averiguar esse absurdo. O deputado e ex-secretário Eduardo Salles só terá o meu respeito e a minha admiração quando assinar essa CPI e ficar comprovado, pois não vou participar diretamente dela, que há irregularidades.

Saudações ecológicas pelo fim da Fenagro, saudações ecológicas por essa CPI, e que o governador do Estado e todos os deputados daqui tenham coragem de assinar a CPI, para investigarmos, e que o Ministério Público interdicte de vez essa exposição medíocre que é a Fenagro.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o filho do conselheiro Antônio Honorato, nobre deputado Adolfo Viana.

Ao se falar em Antônio Honorato, sei que V.Ex^a sobe à tribuna com mais disposição, mais ênfase para proferir o seu discurso.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, deputado Marcell Moraes, gostaria de parabenizar V.Ex^a pela defesa que faz dos animais nesta Casa.

Vou um pouco além das suas palavras. É lamentável, é vergonhoso perceber que um evento como esse, que é a Fenagro, tenha um desdobramento como esse que está tendo. A conversa deveria ser totalmente diferente da que estamos tendo nos bastidores desta Casa. Um cavalo campeão, deputado Carlos Geilson, vai apresentar-se na Fenagro e é morto eletrocutado. Ou seja, que capacidade este Estado tem de realizar um evento como esse quando um cavalo campeão duas vezes em nível nacional foi eletrocutado dentro de uma baia na Fenagro?

Essa é a forma como o governo do Estado vem conduzindo a Fenagro – e se fala até que é uma feira internacional.

É, realmente, lamentável a falta de comprometimento daqueles que são responsáveis por esse evento no Estado da Bahia. É lamentável, deputado Marcell Moraes, e V.Ex^a está de parabéns por fazer a defesa dos animais nesta tribuna.

Mas estou aqui para tratar, senhoras e senhores parlamentares, de um pacote de projetos que chegam a esta Assembleia Legislativa.

Há alguns meses a nossa aguerrida Bancada da Oposição chamava a atenção para o projeto do Planserv, deputado Luciano Ribeiro, e este é o primeiro mês em que os servidores públicos estão sentindo o tamanho do aumento que o Planserv imprimiu nos contracheques deles.

Ao me reunir com o Líder da Oposição na manhã desta segunda-feira, pudemos analisar o pacote de maldades que chega a esta Assembleia Legislativa. Os funcionários públicos perderão direitos adquiridos se os projetos que foram encaminhados pelo Poder Executivo, tanto a PEC quanto o projeto de lei, forem aprovados aqui, nesta Assembleia. Os servidores públicos irão receber uma verdadeira punhalada pelas costas.

A Defensoria Pública está toda presente aqui, na Galeria de ex-presidentes. Estive conversando com os defensores públicos, que estão assustados, deputado Luciano Ribeiro, porque compreendem que o projeto de lei que chegou a esta Casa, e que deve ser apreciado amanhã em regime de urgência, é inconstitucional. Se temos dúvida da constitucionalidade desse projeto, como é que podemos apreciá-lo aqui em regime de urgência sem que ele tenha sido apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça?

Os defensores públicos do Estado da Bahia já trouxeram até precedente do Paraná, com decisão do ministro Celso de Mello. Os defensores públicos do Estado da Bahia esperam que esta Casa defenda não só os interesses deles, mas também dos funcionários públicos do Estado. E temos o dever de zelar pela nossa Constituição.

A Defensoria Pública goza de autonomia institucional, orçamentária, financeira e administrativa, e seus membros possuem exatamente as mesmas garantias dos membros da magistratura e do Ministério Público.

Isso significa dizer que, constitucionalmente, a Defensoria Pública do Estado da Bahia não está subordinada ao Poder Executivo. Por isso, são inconstitucionais as medidas que resultem em subordinação da Defensoria Pública ao Poder Executivo por implicarem na violação da autonomia da instituição.

Ou seja, Sr^{as} e Srs Deputados, se este projeto a ser votado, aqui, amanhã, em caráter de urgência, encaminhado pelo Poder Executivo for inconstitucional, cometeremos um grande equívoco!

Justamente por este motivo o Poder Executivo encaminhou este projeto em

caráter de urgência. O objetivo é para esta Casa não ter direito a apreciar a constitucionalidade do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, justamente o local apropriado para sabermos se este projeto é ou não constitucional.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos pedir ao governo do Estado rever este posicionamento a fim de ouvir os defensores públicos do Estado da Bahia, porque esses não merecem ser tratados da maneira que estão sendo tratados por parte do Poder Executivo! (Palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, um dos prefeituráveis de Feira de Santana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e caro deputado Arimatéia, Sr^{as} e Srs. Deputados, a deputada Luiza Maia, do Partido dos Trabalhadores, deve ter sido ferida de morte, porque ela defende o voto aberto aqui na Casa e critica, a todo o instante, os deputados que se opõem ao voto aberto.

Eis que, na semana passada, no Senado, o seu partido, o PT, votou, pelo voto fechado, na questão do senador Delcídio do Amaral.

Espero que a deputada venha aqui, suba a esta tribuna e faça críticas duras ao seu partido, o Partido dos Trabalhadores, o partido que está partido e partindo o coração dos trabalhadores. Ela deve vir aqui fazer as críticas. Agora, vejam, ela defende tanto o voto aberto!

Mas o motivo maior de eu subir a esta tribuna, durante esta tarde, trata-se do recente projeto de lei, aprovado por Casa, que se tornou lei: o aumento nas alíquotas pagas pelos contribuintes ao Planserv. Os servidores do Estado estão amargando, agora, o recebimento dos contracheques ao perceber os descontos que estão doendo no bolso!

Ora, esse projeto foi votado sem as presenças dos sindicalistas aqui, melhor, sem as presenças dos ditos defensores dos servidores! Apenas, no dia da votação, alguns aliados do Soldado Prisco ocuparam essas Galerias Paulo Jackson e mais ninguém!

Ficou configurado o peleguismo no Estado da Bahia!

O governo manda outros projetos que dizem, diretamente, respeito à vida do servidor!

Pelegos, saiam das tocas! Pelegos, saiam dos breus e apareçam aqui nas galerias da Assembleia! Pelegos, venham defender os seus servidores, os seus associados e os seus pelegos!

Quando criticamos aqui tal atitude, muitos não gostaram e rechaçaram a nossa

fala! Agora, está mais do que claro que esses sindicalistas são pelegos – bem, não diria em sua totalidade – mas eu reafirmo isso em sua maioria esmagadora!

As alíquotas, pagas pelos contribuintes, ao Planserv foram aumentadas!

Nós, da Oposição, cumprimos com a nossa missão. Ficamos em permanente obstrução aqui durante quase 40 horas. Não houve um grito ou um socorro em direção aos nossos apelos.

Os sindicalistas estavam desaparecidos, vivendo um verdadeiro silêncio sepulcral. E nós estávamos, aqui, cumprindo com o nosso papel ao alertar você, servidor, que isso doeria em seu bolso e que os descontos seriam pesados. Agora, vocês, servidores públicos, estão verificando ao receberem os contracheques. A Oposição, comandada pelo aguerrido deputado Sandro Régis, fez a sua parte. Nós não temos votos suficientes para derrotar o governo, mas chamamos a atenção para o problema, convocamos emissoras de rádio, convocamos as redes sociais para que os sindicalistas aparecessem aqui, que viessem nos dar o apoio, que viessem pressionar os deputados do governo, mas esse pelegos desapareceram.

Agora falo de alto e bom som, com o peito cheio de ar: são pelegos e estão nas folhas de pagamento do governo ou provavelmente com cargos na administração estadual. Não se justifica e não há um outro argumento que possa me convencer de que não são pelegos e de que estão recebendo as benesses do Estado.

Você que nos assiste pelo *Canal Assembleia*, o governo do Estado como passou em brancas nuvens, de forma suave, como o governo, hoje, está em céu de brigadeiro, acha-se no direito de mandar esses projetos. Veremos qual será o comportamento dessa pelegagem desses pelegos que não representam os servidores do Estado da Bahia, que estão órfãos de representação, meu caro presidente José Coriolano de Paiva Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, confesso que cheguei à Assembleia, depois de percorrer 700 quilômetros, de Caculé até aqui, imaginei encontrar esta Casa lotada de servidores públicos. Não poderia imaginar outra cena que não fosse essa. Até admito que os servidores não tiveram a compreensão e a dimensão daquilo que nós da Oposição repercutimos nesta tribuna e nas comissões desta Casa quando da votação de projetos importantes que afetariam diretamente as suas vidas, por exemplo, o projeto do Planserv.

Mas, ao receberem os seus contracheques, nesse final de semana, todos eles perceberam que o trabalho que a Oposição vinha e vem fazendo aqui, que o trabalho e

a repercussão desta tribuna, dada pela Oposição nesta Casa, eram efetivamente o retrato daquilo que está a ocorrer: a maldade e a perversidade da sua face mais clara do governador do PT, que só faz maldade com o povo e com os servidores, em especial.

Se não bastasse tudo aquilo que já fez, envia a esta Casa uma maldade maior, a PEC que foi lida aqui e mais um projeto de lei complementar, que retira os direitos fundamentais dos servidores públicos. Não bastasse a elevação de taxas de impostos, estão elevando em 1% o ICMS. Pode parecer pouco, mas haveremos de sentir, infelizmente, em nossas contas mensais o que isso representará nas nossas economias domésticas.

Além de tudo, o governador envia para esta Casa um projeto de lei e diz aquilo que não é real na sua mensagem, como é costumeiro. Ele diz o que não está no corpo da lei. Se não bastassem todas as maldades, a retirada das vantagens dos servidores, como a licença prêmio, como as férias remuneradas, como a estabilidade econômica e financeira. Ele ainda mente quando diz que está garantida a regra de transição aos atuais servidores.

Quero ser desmentido e estar enganado de que a regra de transição na PEC esteja garantida. O que vejo que está garantido é aquilo que a nossa Constituição garante, que é o direito adquirido.

Querer dizer que o servidor que já conta, ao tempo da sanção desta PEC, com a sua aquisição de direito é regra de transição, não conheço isso. Na verdade, isso é direito adquirido. Se eu conto hoje com 10 anos de possibilidade de ter esse direito, não estou assegurando regra de transição. Os defensores público estiveram aqui e disseram que o outro projeto de lei complementar que também foi enviado para esta Casa também é inconstitucional.

Quero que os deputados que compõem a base do governo não aceitem que esta Casa passe, mais uma vez, como tem passado, a aprovar sem sequer ler os projetos que para aqui vêm. O Planserv está aí. Os servidores precisam saber quais deputados votaram a favor e quais votaram contra.

A Oposição pediu, bateu, alertou, repercutiu, mas foi em vão. Espero que agora não seja em vão mais essa perversidade de Rui Costa, do PT para com os servidores públicos do Estado da Bahia.

Peguem vocês, deputados da base, o contracheque dos servidores deste mês e comparem com o do mês passado. Verão que em determinados casos houve uma diminuição de mais de 20% da sua remuneração em razão do Planserv. Agora, com essa PEC que aqui se encontra, com esse projeto de lei que também aqui se encontra, V.Ex^{as} assim, juntos, irmanados com Rui do PT, o malvado, estarão tirando mais direitos dos trabalhadores. E os sindicatos pelegos aqui não estarão, como disse Carlos Geilson, para defender os interesses dos servidores públicos do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Antônio Henrique Júnior, a voz do Oeste da Bahia ao lado de Pablo Barrozo.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, quero parabenizar o governo do Estado pelas ações que vem desenvolvendo no Oeste. Na semana passada estivemos em Coribe inaugurando o abastecimento de álcool, que custou mais de 6 milhões de reais ao governo do Estado. Na última sexta-feira, estivemos em Javi, inaugurando o abastecimento de água do povoado daquele distrito. Wanderley também integrou esse investimento de mais de 6 bilhões de investimento do governo do Estado.

O governo do Estado também está investindo entre o município de Angical, no distrito de Missão de Aricobé, em Cotegipe e em Cristópolis mais de 30 milhões de reais em abastecimento de água, o que vem melhorando a vida daquela cidade, daquele povoado.

O governador Rui Costa tem demonstrado que tem compromisso com o Oeste, vem trabalhando no desenvolvimento do Oeste da Bahia, levando água e energia para aquele povo que tanto precisa.

Quero também parabenizar o governador Rui Costa pela recuperação da BA-161, que liga a 242 a Sítio do Mato. Está de parabéns o governador Rui Costa. Estivemos lá no sábado inaugurando essas obras e entregando ao povo do Muquém do São Francisco.

Quero também parabenizar a prefeitura de Barreiras pela festa com os pecuaristas do Oeste Genética, na feira de agropecuária, fórum de discussão sobre a melhoria da genética do gado da região Oeste da Bahia, quando foram comercializados, entre leilões, mais de mil animais e mais de 2 milhões de reais. Só temos a parabenizar o prefeito, os pecuaristas, o sindicato dos produtores rurais, que fizeram essa grande festa e essa parceria com o Oeste Genética do Oeste da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo tempo de 5 minutos, com a palavra o nobre deputado Soldado Prisco, a voz da Polícia Militar da Bahia no Parlamento baiano.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Meu presidente Carlos Geilson, é com um grande sentimento de repúdio que venho hoje à Assembleia Legislativa. Estava viajando na quinta-feira, pelo interior da Bahia, e fui surpreendido por esse projeto do governo, esse pacote de maldades, como já foi colocado aqui pelos membros da Oposição.

O governo do Estado e toda cúpula do PT, que causaram essa crise política e

financeira em todo o Estado, querem simplesmente jogar a responsabilidade nas costas dos servidores públicos, um verdadeiro absurdo, um verdadeiro descalabro.

Há o outro lado da moeda, também, Sr. Presidente. Vimos muitos sindicatos, na campanha eleitoral, apoiando o governador do Estado. E agora, o que é que ele está dando em troca aos servidores públicos? Espero que os servidores públicos não só lotem esta Casa, mas que ocupem toda a Assembleia, porque aqui é a Casa do povo, para mostrar ao governo da Bahia que nós temos força e que não podemos ser tratados da forma como esse governador está nos tratando.

Se o governo quer enfrentar a crise no Estado, que ele corte secretarias, que ele corte cargos, que ele tire a barganha do poder para manter sua base aqui, o rolo compressor que ele tem nesta Casa. Esta Casa tem de deixar de ser a Casa homologadora do Executivo. Aqui os parlamentares representam o povo, e não o governador do Estado, que tem mandado simultaneamente a esta Casa vários pacotes que prejudicam os servidores públicos do Estado da Bahia.

Vimos, agora, no contracheque, o estrago que o Planserv fez contra todos os servidores. Fizemos tudo para impedir isso, votamos contra o projeto, mas, infelizmente, mais uma vez, o governo do Estado agiu dessa forma. E agora quer tirar direitos históricos, direitos conquistados com muita luta, com muito suor e com muito sangue, inclusive, de muitos servidores.

O que virá de pior? Uma promessa de terror total do governo, dizendo que no ano que vem quer parcelar salários. Sabemos que é uma mentira deslavada desse governo, pois recursos há para valorizar o servidor público do Estado. Apoiando-se na sua base, na sua ampla maioria nesta Casa, comprando-a, de fato e direito, usando cargos para fazer barganha política, o governo está tratando o servidor dessa forma.

Espero que os servidores venham aqui, mostrem a sua força e acompanhem esse projeto passo a passo, olhem para a cara de cada deputado da base do governo que vai votar contra os servidores, principalmente aqueles deputados do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e do PSB, que se dizem da base da classe dos trabalhadores, que dizem que apoiam os servidores públicos.

Vamos ver, mais uma vez, nesta Casa, a separação do joio do trigo, para ver se os servidores públicos vão aceitar essa verdadeira aberração que o governo do Estado está querendo impor a eles.

Não podemos aceitar em hipótese nenhuma projetos como esse. Já tivemos a suspensão da Conder de forma abrupta. O governo suspendeu a Conder sem dar explicação nenhuma ao servidor, deixando vários servidores à míngua, servidores que já haviam pago a maioria das casas, com investimento de R\$ 150 mil, R\$ 200 mil, que estão, inclusive, morando no imóvel, e o governo não tem sensibilidade nenhuma. E chega na televisão, na propaganda mentirosa, após a morte da soldado Dulcinéia, e diz que quer cuidar do servidor público. Quer cuidar nada, ele quer é acabar com o serviço público, impondo cada vez mais os REDAs e os contratos para beneficiar os

seus e ter uma base.

Vamos acordar, servidor público. Venham para esta Casa ocupar este espaço e mostrar nossa força. Não podemos deixar, todos os dias, os nossos direitos serem vilipendiados por esse governo e aceitar em berço esplêndido.

Quero ver, realmente, essa mobilização. Já houve duas ocupações nesta Casa em 2012, dos policiais militares e dos professores. Que venham os servidores para esta Casa, para fazer a força, para fazer a luta, e não deixar que sejamos massacrados por esse governo, que age assim desde que assumiu. O governo não prometeu nada disso na campanha eleitoral. Eu queria que o governo tirasse a máscara e na campanha eleitoral dissesse tudo isso, falasse antes que iria aprovar tudo isso, para ver se hoje ele estaria com o governo do Estado. Então, é uma verdadeira fraude eleitoral que o governo está cometendo. É um verdadeiro estelionato eleitoral o que esse governo está fazendo com os servidores públicos.

Jamais vamos aceitar isso. Enquanto tivermos forças, vamos lutar, mesmo a Bancada sendo minoria. Quero convocar todos os servidores para que lotem esta Casa, encham esta Casa, para não deixarem os nossos direitos serem engolidos, atropelados, por esse governo do Estado, que vem massacrando os servidores públicos de forma absurda. Isso não podemos aceitar.

Suspenderam a Conder, aumentaram o Planserv, deram o aumento salarial parcelado, tudo isso o governo do Estado tem feito com os servidores público. O que é que vai acontecer mais ainda com os servidores públicos? Não podemos aceitar! E tenha certeza, presidente, que nós vamos fazer a luta para que isso não ocorra aqui. Fora as demissões dos policiais militares que participaram da greve, tinha uma anistia, um acordo firmado com o governo. Mas ele não cumpriu, vem quebrando esse acordo.

Acabo de receber agora uma ligação da assessoria informando que iria amanhã participar de uma reunião com o governador do Estado através da minha Associação, da qual sou o coordenador. E a nossa coordenação foi vetada de participar do encontro por eu ser um representante da Aspra. Está aqui explicado que nós não vamos participar dessa reunião, que vetaram o servidor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcell Moraes:- Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabênizo os nobres servidores aí. Podem contar com o apoio de toda a Bancada administrada, gerida pelo grande Líder Sandro Régis.

Sr. Presidente, cumprindo o Regimento Interno, eu gostaria de pedir verificação de quórum, por favor.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

Tem um pedido de verificação de quórum do deputado Marcell Moraes.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de aproveitar aqui a presença do Líder do governo, deputado Zé Neto.

Encontram-se nas Galerias os defensores públicos do Estado da Bahia. (Palmas!)

Ao que nos parece, o Poder Executivo vai tentar nesta terça-feira - e aí através das Lideranças governistas nesta Casa - votar um projeto em regime de urgência. Aparentemente, no meu entender, um projeto inconstitucional. E por ser em regime de urgência obviamente ele não passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

Os defensores públicos que estão nas Galerias e voltarão com certeza amanhã também vão fazê-lo justamente para pedir a esta Assembleia uma reflexão. Se temos dúvidas quanto à constitucionalidade desse projeto, nós não podemos apreciá-lo. Acho melhor que esgotemos todas as nossas dúvidas para não cometermos com esta categoria uma grande injustiça! (Palmas!)

Então, antes que V.Ex^a proceda a esta verificação de quórum, eu gostaria de fazer este apelo ao Líder do governo, deputado Zé Neto, para que sente com os defensores públicos e possa ouvir as dúvidas dos servidores.

Muito obrigado.

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado José de Arimateia.

O Sr. José de Arimateia:- Sr. Presidente, quero também me solidarizar com os defensores públicos que estão aqui. O nosso Partido Republicano Brasileiro está solidário à causa de vocês. (Palmas!)

Gostaria também, Sr. Presidente, de comunicar a esta Casa que amanhã, do dia primeiro ao dia quatro, estarei em Brasília participando da 15ª Conferência Nacional de Saúde. Na abertura dos trabalhos haverá uma manifestação, saindo da matriz até o Congresso, em defesa do SUS.

Participando como vice-presidente da Comissão de Saúde deste Legislativo, não poderia estar de fora dessa importante conferência. Aqui na Bahia já aconteceram a Conferência Estadual e as Conferências Municipais em todas as cidades do Estado, assim como também nos outros Estados. E agora chega à capital federal esta 15ª Conferência Nacional de Saúde para tratar da saúde pública e digna a todo cidadão

brasileiro.

Então, gostaria de participar à Casa, ao Plenário e às Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor que a partir desta terça-feira não estarei aqui, e sim na sexta, quando se encerrará a conferência.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- A sessão está encerrada a pedido do deputado Marcell Moraes. Não há quórum para a continuidade.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.